

Chineses no Rio de Janeiro: notas sobre nação, território e identidade através da prática comercial e religiosa

*Marcelo Silva Araujo**

Resumo

Constituído em parte por reflexões genéricas sobre a presença de imigrantes chineses no Rio de Janeiro e em parte pelo resultado de pesquisa etnográfica com chineses evangélicos, pretende-se abordar esta presença quanto aos seus aspectos comercial e religioso, dimensões que se imbricam para formatar as utilizações práticas e as representações simbólicas das noções de nação, território e identidade. As interpenetrações entre estas devem ser compreendidas à luz do conceito de identidade sem territorialidade, que proporciona a leitura da inexistência da fixidez destas noções na realidade contemporânea do grupo. Assim, tais categorias surgiriam menos como demarcadores de realidades concretas e mais como noções que se fundem no estrangeiro e que só têm significado quando consideradas as novas filiações e as estratégias para recomposição do ser chinês.

Palavras-chave: Imigração chinesa. Religião e comércio. Interpretação etnográfica.

Introdução

A China tem muita confusão. Bom mesmo é trabalhar por conta própria, sem chefe. O Brasil é o melhor lugar que conheço para montar um negócio

O trecho em epígrafe, aqui transcrito como parte do depoimento do comerciante chinês Dênis Chou, citado em Pereira (1996, p.27), documenta a existência de um fenômeno que vem se destacando pela escalada nos espaços sociais e comerciais da cidade do Rio de Janeiro e de suas regiões metropolitanas. A reportagem, hoje em seu décimo quarto ano, anuncia o que já causava um estranhamento e um incômodo nos órgãos de imprensa e no público em geral: a “invasão” chinesa.

Formadores de etnias comerciantes (TRUZZI, 1991; GRÜN, 1992), o contingente de imigrantes chineses vem crescendo ao longo dos anos. Eles protagonizam uma ocorrência de impacto global e local que se estende pelas zonas comerciais centrais e periféricas mais diversas, redimensionando as práticas de comércio com formas diferenciadas de financiamento e uma cultura que contrasta com os valores estabelecidos.

Grande parte dos chineses natos e de seus descendentes residentes no Brasil estão profissionalmente relacionados ao comércio de importados (artigos para festas, bazar, entre outros). Eles apresentam surpreendente performance nas vendas – o que é atestado pela multiplicação das lojas neste ramo -, em função, particularmente, de suas ligações comerciais com os centros produtores na própria China (MACHADO, 2006; SILVA, 2007).

Na região do mercado popular da Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega, a SAARA, no centro da cidade do Rio de Janeiro, esse ramo faz-se muito presente. Como argumentam Cunha e Mello (2005, p.9), naquele espaço, os chineses adquirem, por aluguel ou por compra, lojas desde há muito estabelecidas pelos comerciantes de outras etnias para, em seguida, reformá-las e reabri-las em outro tipo de empreendimento. Os

autores defendem que essa expansão deveu-se, além da utilização de formas diferenciadas de financiamento e de práticas culturais que contrastam com os valores estabelecidos, também à disponibilidade de recursos financeiros que lhes dão grande vantagem, ocasionando uma série de rearranjos na tradicional lógica do mercado. Eles formam redes associativas ou clãs baseados em afinidade ou parentesco, criando instituições financeiras similares a bancos.

Estas redes ou clãs associam-se a outras redes, multiplicando sua capacidade de financiamento e disponibilidade de mão de obra. Há um rígido e respeitado sistema de conduta sob regras, em que a cooperação dentro das redes ou clãs reduz a competitividade. O objetivo não é necessariamente a eliminação da concorrência, mas possibilitar maior associativismo do que desenvolvimento individual de empresas e grupos, como no capitalismo ocidental.

A utilização do mecanismo de redes com uma complexa dinâmica interna aciona, com uma eficiência impressionante, estratégias empreendedoras que se adaptam ao capitalismo ocidental utilizando-se, por vezes, de uma filosofia genuinamente oriental, o confucionismo: a da edificação do comércio à semelhança da edificação de uma família. Há um adágio que diz “Quem quiser fundar uma empresa que funde primeiro uma família”, pois a família (*jjajing*) é a base de todo edifício.

A confiança, a honra e a perspicácia são elaborações locais (da China) implementadas por empreendedores chineses de ultramar que recriam e atualizam, na prática comercial, o entrelaçamento entre a presença da nação, o pertencimento étnico (a identidade) e o território – este último face à indistinção da proveniência do imigrante na participação destas redes, salvo características linguísticas e, por vezes, ideológicas. Por outro lado, faz-se necessário também compreender quais as implicações da adesão às religiões ocidentais em solo brasileiro, visto que estas oferecem um espaço privilegiado para as estratégias de sociabilidade, uma vez que se constituem num ambiente aglutinador, bem como imprimem certa conformação às relações de confiança e de disciplina,

agora diretamente influenciadas pelas práticas espirituais que funcionam muitas vezes como critério para a escolha dos parceiros.

Este texto constitui-se, em parte, por reflexões genéricas sobre a presença de imigrantes chineses no Rio de Janeiro e, em parte, por apontamentos oriundos de pesquisa etnográfica com chineses evangélicos que frequentam três Igrejas, sendo duas na capital Rio de Janeiro e uma no município de Nova Iguaçu, na região metropolitana do mesmo estado. Assim, pretendo abordar nele as particularidades da presença dos chineses de ultramar no Rio de Janeiro quanto aos seus aspectos comercial e religioso, dimensões que se imbricam para formar, dentre outros elementos, as utilizações práticas e as representações simbólicas das noções de nação, território e identidade. De partida, utilizo-me de Weber (1984, p.270) quando ele argumenta que

[...] nem toda crença na afinidade de origem baseia-se na igualdade dos costumes e do hábito. Mas, apesar de grandes divergências nesse campo, semelhante crença pode existir e desenvolver uma força criadora de comunidade, quando apoiada na lembrança de uma migração real, de uma colonização ou emigração individual.

Defendo que tais interpenetrações entre nação, território e identidade devem ser compreendidos à luz do conceito de identidade sem territorialidade, que proporciona a leitura da inexistência de uma fixidez, de uma materialidade, dos referidos conceitos na realidade contemporânea deste grupo. Neste, a nação ou território chinês perderiam a importância, ou melhor, seriam secundarizados na trama das novas relações que atribuem um caráter aglutinador à cultura ou à língua escrita, a despeito de sua procedência comunista ou não. Assim, as categorias nação, território e identidade não seriam mais demarcadores de realidades concretas, mas sim, noções que se fundem no estrangeiro e só significariam quando consideradas as novas filiações e as estratégias para recomposição do ser chinês.

Este grupo é constituído não somente pelos chineses natos mas também pelos muitos descendentes das levadas migratórias que se fixaram aqui há muitos anos. Estes não chineses por nascimento conservam, em intensidades variadas, inúmeras práticas e costumes das regiões de seus parentes, mantendo-se ligados a muitas das características culturais da China.

Em linhas gerais, tenho em mente dois objetivos: 1º, contribuir especialmente para enriquecer e estimular outras reflexões e investigações acerca de grupos de migrantes estrangeiros instalados no Brasil a partir do estabelecimento de um diálogo com autores que pesquisam sobre o papel destes na diversidade étnica brasileira, e 2º, buscar clarificar o modo como esses atores sociais engendram suas próprias estratégias de adaptação sociocultural e espacial em suas relações com as distintas esferas do funcionamento social local (poder público, outros trabalhadores e população) assim como suas particularidades intrafamiliares.

Breve histórico da presença chinesa no Brasil

A primeira experiência com a importação de chineses deu-se em 1812, quando D. João VI autorizou a vinda de 2.000 chineses. Vieram, de fato, em torno de 500 e foram destinados às plantações experimentais de chá (cuja variedade chinesa era muito apreciada) do Jardim Botânico e da Fazenda Imperial de Santa Cruz. Seria a primeira imigração livre para nosso país.

Contudo, os trabalhadores chineses não se adaptaram à mudança de clima e às condições de vida e trabalho, vários retornando à China. Entretanto, muitos permaneceram aqui e, após o fracasso do empreendimento, dispersaram-se pelo Rio de Janeiro, alguns se dedicaram à fabricação de fogos de artifício, outros se tornaram vendedores ambulantes (SOBRETUDO, 2008)

Pode-se, no entanto, demarcar o ano de 1850 como aquele em que a imigração passa a desempenhar um papel central. As elites político-econômicas de então adotaram o pressuposto de que

havia uma forte correlação entre o ingresso de imigrantes e a transformação social, fosse para “civilizar” a nação, através dos imigrantes europeus, fosse para “desafricanizá-lo” com imigrantes asiáticos (LESSER, 2001, p.43). De acordo com o autor (2001, p.37), no que tange à participação de chineses neste processo, os formuladores das políticas no século XIX passaram décadas discutindo sobre a possibilidade de os trabalhadores dessa procedência virem a fazer parte da sociedade brasileira, e de que modo isso ocorreria.

As imagens que as elites brasileiras tinham sobre os trabalhadores chineses eram as piores possíveis. Em seu imaginário, os chineses não eram “nem imigrantes nem humanos”, mas perfeitos para o trabalho servil, posto que “climaticamente adaptáveis, dóceis, sóbrios e dispostos a trabalhar por baixos salários”. Como o chinês era considerado uma “raça inferior”, pequenas foram as possibilidades nas relações afetivas entre o patrão e ele (LESSER, 2001, p.47). De acordo com Elias (1970, p.68), “não eram poucos os que temiam a superstição e a feiúra dos chins”, não aceitando o seu cruzamento com os locais, menos ainda “os seus hábitos extravagantes, a sua linguagem ‘pouco eufônica e até o seu modo deselegante de vestir-se’ ”.

Os chineses sofreram maus tratos dos fazendeiros brasileiros. Eles não aceitaram de forma passiva essas condições e muitos fugiram, estabelecendo-se no Rio de Janeiro, onde passaram a trabalhar como vendedores ambulantes e como cozinheiros. No mesmo período em outras nações latinoamericanas observa-se também a fixação de chineses, antes mesmo do fluxo massivo do caso brasileiro - apenas a título de exemplificação e também para enfatizar as tensões que estas experiências geraram, pode-se destacar o caso do Peru e dos Estados Unidos da América.

No caso brasileiro, uma grande corrente imigratória corresponde, ainda no século XIX, à dos cantoneses. Estes, de acordo com Yang (2002), iniciaram e desenvolveram o ramo da venda de pastéis. No início, estes quitutes eram vendidos pelos italianos; porém, os chineses

iniciaram as vendas nos portos e nos navios e, posteriormente, fixaram-se em lojas que mais tarde ficaram conhecidas como pastelarias.

São Paulo foi palco da primeira entrada oficial de chineses, em 15 de agosto de 1900, com objetivo planejado de estabelecimento de longo prazo. Eram 107 indivíduos e compunham-se de agricultores, hortelãos, pintores, ferreiros, carpinteiros, serradores e carroceiros etc. O grupo tinha como destino a cidade de Matão, onde já havia confirmado contratos de trabalho.

Após esse primeiro grupo, a imigração em caráter oficial (isto é, não ilegal) foi aquecida somente após 1949, após a Revolução Comunista, já no contexto dos movimentos migratórios modernos. Nos anos 1970 e 1980, como descrito por Cunha e Mello (2005) e também por Machado (2006), boa parte dos chineses em atividade no Brasil penetra por Foz do Iguaçu, no Paraná, vindos de Ciudad de Leste, no Paraguai. Estima-se que mais de 90% dos chineses no Brasil se estabeleceram em São Paulo, ocupando áreas geográficas específicas, especializando-se no comércio de produtos para presentes e itens de papelaria. Os outros 10% espalharam-se pelo Brasil, com predominância no Rio de Janeiro, Paraná e áreas de zona franca.¹

As possibilidades existentes nos mercados brasileiros e a fuga do regime comunista para um país “seguro” são as duas mais alegadas e divulgadas (especialmente pela imprensa) razões para sua opção. No que tange ao Rio de Janeiro, estima-se que a maioria dos chineses aqui instalados veio de São Paulo, em função da saturação do mercado e da atração das boas possibilidades oferecidas pelo estado.

Apesar de não ser meu objetivo, é importante lembrar que é corrente, conceitualmente falando, a discussão de que em geral existe uma tendência ao isolamento por parte deste grupo. Esse caráter isolacionista produz, pelo menos, dois resultados: um no plano do social; outro, no da cultura. Na primeira situação, é gerador de atitudes de ressentimento dos nacionais, socialmente canalizadas contra o grupo que se pretende isolar. Sentindo-se

agredida pelo comportamento isolacionista, a sociedade revida, potencializando o componente preconceito/discriminação embutido no persistente modelo assimilacionista brasileiro, que joga tanto com o preconceito quanto com a discriminação como peças de um mecanismo repressor de manifestações de inconformismo dessa natureza. Esse mecanismo psicossocial constrange, em vários planos e de múltiplas maneiras, o grupo a se abrir e a estabelecer conexões com a sociedade brasileira.

Assim, quando um grupo sente dificuldades em se inserir em diferentes instituições do país de imigração, tende a criar o seu mundo institucional paralelo, onde possa se reunir com seus iguais e reproduzir, microscopicamente, espaços sociais privativos nos quais as barreiras de fora não interferem no relacionamento de seus membros. O procedimento e a discriminação que levam a criar a instituição paralela também o empurram para seu interior. De um lado, essas associações têm como proposta funcionar como mecanismo auxiliar de integração do grupo à realidade nacional e como esquema de preservação da identidade que pode se deteriorar no processo de abasileiramento.

A estratégia de integração à nova realidade, implícita na ideia de comunidade, prevê a possibilidade de o membro do grupo articular-se apenas com algumas instâncias da sociedade hospedeira, sem se permitir a ela pertencer, sem se deixar por ela envolver, sem nela se diluir. Enfim, sanciona-se o relacionamento apenas simbiótico do grupo com a sociedade abrangente, como uma das únicas maneiras de se preservar, em terra estranha, uma identidade. Essa contradição é parcialmente atenuada com a ampliação da comunidade para além dos espaços religiosos, criando alternativas para que o imigrante, mesmo laicizado, possa cultivar sua sociabilidade dentro do grupo, a não ser, evidentemente, aquela derivada das atividades socioprofissionais. Além de abrir e ampliar os espaços privativos ao grupo, outra maneira de se preservar a identidade grupal tem sido a de reforçar a socialização étnica das novas gerações, através de mecanismos formais. Esses mecanis-

mos – família, escolas, associações laicas e religiosas – amarram mais os laços sociais dos membros da comunidade e realimentam constantemente uma “consciência étnica através do cultivo sistemático da língua e de ensinamentos baseados nos textos sagrados (Bíblia, Tora e Talmude) e na gênese e história singular do povo...” (PEREIRA, 2000, p.17).

Vários desses mecanismos se adequam ao caso chinês, mas quero aqui, a despeito da teoria, chamar a atenção para a especificidade do comércio e da religião praticadas no contexto do Rio de Janeiro, e de sua peculiar simbiose na vivência desses atores sociais.

Diáspora, trabalho e identidade

Os estudos mais recentes no plano internacional mostram que as migrações pelo globo nunca foram tão maciças. De acordo com uma pesquisa da UNESCO realizada entre 1998 e 1999, havia cerca de 120 milhões de pessoas vivendo fora de seus países de origem. Em geral, suas motivações continuam a ser as mesmas de décadas passadas: insegurança material e física, intolerância, exclusão econômica e política, repressão, catástrofes e transtornos diversos, conflitos e guerras.

Contudo, essas circunstâncias não bastam para desencadear e intensificar repentinamente um fluxo migratório. São também necessárias outras condições, entre elas a existência de relações econômicas e políticas prolongadas no tempo entre os países afetados; a presença no Estado de destino de uma comunidade de compatriotas que apóie os novos imigrantes, responsabilize-se por providências necessárias e os ajude a viajar e integrar-se ao novo local; um mercado de trabalho com regras flexíveis, aberto aos recém-chegados, que os incorpore eficazmente.

Em cifras absolutas, a Ásia domina o movimento internacional nesta matéria, e um terço ou mais de todos os imigrantes internacionais provêm deste continente. Estatísticas fornecidas pelas próprias autoridades chinesas informam que o país é um

dos de maior emigração declarada no período de 1980-95, 2.429.000 indivíduos, podendo-se supor que continue a sê-lo.

É no Sudeste Asiático (Malásia, Cingapura etc.) que se concentra a maior colônia de chineses ultramar, atuando em diversos ramos profissionais e, não raro, obtendo sucesso e fortunas. Segundo a revista semanal VEJA (09/08/2006, p.93-97), o Brasil tem atualmente, de acordo com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China e o IBGE, aproximadamente 150.000 chineses e apresentando crescimento progressivo e acelerado deste contingente. Acredita-se que tradicionais aspectos da antiga ordem socialista como ausência de legislação trabalhista, de encargos previdenciários e de custos adicionais de mão de obra transforma os imigrantes chineses pelo mundo em trabalhadores competitivos para penetração nos mercados ocidentais.

No Rio de Janeiro, uma particularidade que distingue a presença dos imigrantes chineses é a não-existência de espaços étnicos territorialmente localizados, as chinatowns, modelo clássico de ocupação urbana da imigração chinesa. Aqui, os chineses estão espalhados por toda a cidade, e não apenas circunscritos a um único bairro. Além disso, na região da SAARA, por exemplo, ainda têm que dividir o mesmo espaço com árabes, judeus, coreanos etc.

É possível distinguir três nichos básicos de atuação profissional destes imigrantes no Rio de Janeiro: as lojas de artigos para festas (as populares lojas de 1,99), as pastelarias e os vendedores ambulantes de pequenas – e, em geral, falsificadas – mercadorias, tais como relógios de pulso, bijuterias etc.² Dentre estas, as duas primeiras são as numericamente mais expressivas.

Considerando o grupo mais proporcionalmente numeroso, Cantão (Guangdong), região litorânea chinesa, é a província de onde se origina a maioria dos profissionais de pastelaria. Taiwaneses e imigrantes das demais procedências, estas em número reduzido, atuam em outras modalidades comerciais. Todos estes partilham, de forma combinada ou não, três aspectos esclarecedores de sua fixação no Brasil: as razões e oportuni-

des econômicas, a prática religiosa em específicos espaços de culto e a existência de redes sociais baseadas em solidariedade étnica, que fornecem suporte aos recém-chegados.

As levas de imigrantes que chegam diuturnamente em nosso território têm na prática profissional seu principal objetivo. A movimentação transcontinental é justificada pelo desempenho daquilo que é comum a todos os imigrantes em situação semelhante: trabalhar. Tal cenário faz surgir um fenômeno convencionalmente denominado de diáspora pelos autores que tratam do tema. Este, de acordo com Silva (2007, p.4), tem sido estudado por cientistas sociais chineses e ocidentais há mais de uma década, que caracterizam chineses de ultramar tanto os indivíduos que vivem apenas sazonalmente fora do território chinês devido a questões de trabalho e/ou relacionadas com laços de parentesco e amizade, quanto os indivíduos que vivem há mais de dois anos fora da China e que declaram não ter perspectivas e/ou interesses em relação a um possível retorno definitivo à terra de origem.

Implementando intenso ritmo de trabalho, associados a novas formas de administração e a um vigoroso oportunismo, os chineses costumam envolver a família nuclear no funcionamento do comércio. Assim, nas dinâmicas cotidianas em que estão imersos tais comércios e os chineses neles atuantes, a família negocia permanentemente sua presença enquanto imigrantes, no tocante às estruturas externas, bem como possui suas tensões internas com o redimensionamento das funções e da conduta das mulheres e jovens descendentes.

O universo do trabalho pode ser visto e compreendido, portanto, como uma tática de instrução e um espaço pedagógico de socialização do imigrante, que educam e iniciam o “forasteiro” nos modos de apresentação considerados adequados e “convenientes” para as relações sociais a serem desenvolvidas.

A partir da atualização das práticas culturais de origem, de sua fusão com os elementos de seu novo cotidiano e com os demais sistemas culturais, étnicos e religiosos existentes, a socialização dá-

se de forma menos dolorosa, com menos perdas afetivas. Tudo isso se articula à construção da identidade. A importância do comércio é de tal ordem que, como afirma Gomes (2002, p.194),

[...] se não se equipara às agências diplomáticas ou mesmo às associações e organizações filantrópicas locais, ao menos desempenha um papel fundamental em relação à instalação destes estrangeiros imigrantes no país, orientando-os nessa passagem difícil da condição de 'forasteiro', ou de 'não-estabelecido', à de 'estabelecido'.

O restaurante e a loja de artigos variados são emblemas dessa diáspora. Eles manifestam particularmente a aludida base familiar na medida em que, por vezes, local de residência e local de trabalho são confundidos, como são largamente confundidos os orçamentos. Há, ainda, uma outra face desta moeda que extrapola o âmbito do território nacional, sem a qual não é possível aproximar-se de um entendimento claro a respeito destes comerciantes. Estes chineses de ultramar destacam-se também por reinvestir maciçamente na China através da remissão de capital que funciona como um retroalimentador da economia nacional, fundamentada nas ramificações da família. Porém, embora privilegiem os laços dentro de seu grupo e de sua região, essa rede acaba contribuindo para a aceleração de uma dinâmica mais ampla, globalizadora.

A conversão e a prática das religiões evangélicas, aspectos pouco debatidos quando se trata desses grupos, são outras importantes dimensões de localização étnica e existencial para uma parte dos imigrantes instalados no Rio de Janeiro, auxiliando, pela sua conexão às práticas comerciais, no entendimento das particularidades deste grupo. Ela redimensiona qualitativamente a vida de sujeitos que ou não possuíam formalmente uma crença religiosa ou praticavam as crenças e filosofias de seus locais de origem. Com isso, é possível observar, em muitos casos, dois importantes aspectos: o de que a conversão a uma religião é costumeiramente a filiação nominal de todos os membros da unidade familiar. Portanto, a conversão é uma conversão em família, começando pela filiação

do chefe desta família. O outro é que essa mesma conversão não significa necessariamente abandonar práticas anteriores, como, por exemplo, o culto aos antepassados e a meditação nos moldes budistas. Significa, portanto, que se trata do compartilhamento de um espaço e de uma experiência híbridas, constituída dos saberes da cultura tradicional com as novas vivências e práticas da incipiente Igreja cristã com feições étnicas. Assim, o grau de homogeneidade existente passa com vigor pela identidade étnica e não pela identidade religiosa, uma vez que esta, na prática, é plural.

As redes de sociabilidade e de solidariedade, bem como as relações de parentesco, são invariavelmente tecidas por experiências de alguma forma relacionadas à Igreja. No caso dos imigrantes, a religião ocupa lugar essencial no processo de adaptação e assimilação. Ela habilita ou não parceiros comerciais e consolida o pertencimento à crença como fator de inclusão para além das fronteiras sob seu domínio, servindo de filtro para a consumação de uma parceria. Assim, religião e mercado mantêm íntimas relações.

Do que foi colocado, poderia assegurar que a temática da identidade pode ser apreciada como um “carro chefe” da discussão sobre a condição dos imigrantes chineses no Rio de Janeiro. A desterritorialização geográfica e simbólica tem na identidade cultural o cimento que relaciona o que atualmente se apresenta como empiricamente estanque. Ela equilibra as diferenças étnicas e de procedência, promovendo um reconhecimento geral nativo de que todos compartilham a mesma “cultura” e isso deve ser um princípio mediador dos conflitos, estabelecendo uma ordem harmônica no convívio social e nos desejos e projetos particulares. Assim, utilizar-me-ei, mais uma vez, de Weber (1984, p.270), quando propõe

[...] chamarmos de grupos ‘étnicos’ aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no habitus externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. A

‘comunhão étnica’ distingue-se da ‘comunidade de clã’ pelo fato de aquela ser apenas produto de um ‘sentimento de comunidade’ e não uma ‘comunidade’ verdadeira, como o clã, a cuja essência pertence uma efetiva ação comunitária. A comunhão étnica (no sentido que damos) não constitui, em si mesma, uma comunidade mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias.

Erige-se uma espécie de “parentesco estipulado” (FELDMAN-BIANCO; RIBEIRO, 2003, p.244). Este se funda na ideologia de uma substância comum que supostamente conecta todos os que reivindicam uma identidade étnica ou nacional. Imagina-se que essa substância comum passa de geração em geração, em parte mediante transferências biológicas, “descendência” e, em parte, por meio da transmissão de uma “tradição” valorizada e culturalmente aprendida. Esse “tipo de ideologia tende a fundir biologia com herança socialmente adquirida” (FELDMAN-BIANCO; RIBEIRO, 2003).

A identidade sem territorialidade torna-se uma dimensão essencial da diáspora e da organização do empreendimento chinês. Esta poderia ser definida como “um sentimento de pertencimento menos a um país, ainda menos a um Estado, que a uma cultura na qual a língua escrita permite a ultrapassagem [dos problemas de compreensão] dos numerosos dialetos, e em que a herança histórica multimilenar, os mitos fundadores, o molde confucionista etc., constituem um ‘conglomerado herdado’ ” (TROLLIET, 2000, p.85). A comunidade não se confina a quaisquer fronteiras.

Considerando a diversidade geográfica da procedência (Cantão, Taiwan, Zhejiang etc) e de suas claras diferenças culturais, linguísticas, entre outras, parece plausível interpretar que a inserção comercial tipifica cada segmento, chegando mesmo a hierarquizá-los na prática, direcionando os investimentos diversos dentro do grupo.³ Os chineses ligados às pastelarias - normalmente cantoneses - negam potencialmente o trânsito em direção aos Estados Unidos da América, consagrado por aqueles com empreendimentos mais rentáveis e maior poder financeiro (taiwaneses e zhijeaneses, por exemplo). Em virtude, geralmente, da menor disponibilidade de capital, o que restringe bastante sua mobilidade

profissional territorial para além de limites próximos, os cantoneses acabam se integrando à sociedade local de forma mais ampla, posto que conseguem atuar de forma um tanto mais autônoma das redes financeiras (não das sociais). Já o outro grupo mantém ramificações de seus empreendimentos em vários pontos, onde contam com parentes e afins, intensificando contatos, atualizando seus estoques e lançando novos produtos. Logo, se suas atuações profissionais são tão díspares e atravessadas por hierarquizações, o que também os diferencia hierarquicamente, o depósito de sua fé numa crença religiosa ocidental e os novos desenhos que esta (im)põe os irmana a partir de uma orientação mais ampla e geral que é o cristianismo. Numa palavra, se o comércio os separa, a religião os re-une.

A identidade sem territorialidade promoveria, portanto, uma comunidade étnica, “entidade” englobante aqui entendida como envolvendo “relações entre coletividades no interior de sociedades envolventes, dominantes, culturalmente hegemônicas e onde tais coletividades vivem a situação de minorias étnicas” (OLIVEIRA, 2000, p.8). Dizer que entre os chineses estudados parece haver um sentimento de comunidade razoavelmente forte não é dizer muita coisa. O diferencial, parece-me, é que a noção de parente e mesmo de família que caracterizaria o núcleo básico desta comunidade não se constitui apenas e tão somente, como os termos levam friamente a supor, numa relação baseada em laços de sangue. Mais que isso, a afirmação de uma comunhão nos termos colocados varia segundo os interesses e crenças priorizados. Há um modelo de afinidade que flexibiliza as noções de pertencimento, reconhecimento e identidade, constituindo-se como uma afinidade eletiva, não dada “naturalmente”, apesar das orientações “gerais” de ênfase na rede de relações primárias.

Considerações finais

É próprio das identidades étnicas que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até

mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade.

Creio que noção de uma identidade sem territorialidade causa certa subversão ou, pelo menos, desconforto, nas antigas e bem assentadas percepções de identidades fixas, com contrapartes estáveis e uma boa dose de previsibilidade. Penso que tal crença, hoje ultrapassada pelas próprias circunstâncias, remete a uma ideia muito cara às ciências humanas, a autenticidade. O autêntico chinês, numa visão um tanto simplista e caricata, seguiria o budismo, apareceria como um místico associado às fórmulas morais e preconizações de uma filosofia antiga e pouco comum. Sua autenticidade seria dada, portanto, pelos papéis que o imaginário social lhe atribui. Escapar deles é inconcebível.

Não posso dizer que não era essa a representação que eu mesmo, em alguma medida, mantinha. Encontrar chineses tão intensamente armados de uma fé cristã que ultrapassa os suportes simplesmente religiosos e vaza para outros arranjos da vida ordinária (tais como a economia e as finanças) num primeiro momento “frustrou-me”. Em minha avaliação, lá não era o seu lugar... Depois intrigou-me, visto que em quase nada sua forma de culto difere das formas mais comumente praticadas. O bilinguismo, as bíblias na língua chinesa, a manutenção dos diálogos na língua natal, entre outras manifestações, são formas de manutenção daquilo que é mais precioso para eles, como já disse, que é sua identidade.

Assim, diria, para escapar dessa armadilha que é a compartimentação da realidade social e cultural em unidades “puras”, “isoláveis” e, por consequência, manipuláveis, concordo com os autores (BARTH, 2000; HANNERZ, 1997) que sugerem devemos abandonar imagens arquitetônicas de sistemas fechados e passar a trabalhar com processos de circulação de significados, enfatizando que o caráter não-estrutural, dinâmico e virtual é constitutivo da cultura.

Assim, a estratégia analítica de enfatizar as representações sociais, com as maneiras de perceber que necessariamente não pas-

sam pela “obviedade” do visível, contribui para compreender melhor os processos de constituição de julgamento pela alteridade, para com o significado que o “outro” constrói sobre as suas estratégias negociais e para com o saber cotidiano, que nem sempre vem ao encontro dos postulados desenvolvidos no âmbito científico.

Notas

* Graduado em Ciências Sociais pela UFF e em História pela UERJ, mestre em Artes Visuais pela EBA/UFRJ e doutorando em Antropologia pelo PPGSA/UFRJ.

¹ Há, para São Paulo, uma estimativa realizada por Freitas (2005), baseada no ano de 1997, que apresenta a distribuição dos imigrantes no território brasileiro, de acordo com sua procedência: cerca de 50% vêm da China continental (comunista), 40% de Taiwan e 10% de países como Macau, Moçambique, Coreia, Japão e Filipinas. Os dados sobre a China continental (Zhejiang, particularmente de sua província Wong Zhou) e sobre Taiwan sugerem uma tendência geral quando consideradas as proporções para as demais regiões do território brasileiro. Para o Rio de Janeiro, estes dados ainda não existem: tanto a Polícia Federal quanto a representação consular no Rio informam não os possuírem. Contudo, estima-se que entre 10 e 15 mil chineses, entre regulares e ilegais, encontrem-se no estado, com grande incidência de naturais de Hong Kong e de Guangdong (Cantão).

² Há também chineses ligados ao ramo de importação e de exportação, contudo, estes formam um grupo restrito em razão das vultosas somas que são movimentadas.

³ Por exemplo, cantoneses de pastelaria com o mesmo tempo de permanência que chineses de outras origens, possibilitam menos aos filhos que estudem, em função da natureza intensiva de seu tipo de trabalho, uma vez que necessitam de sua força de trabalho. Os zhijeaneses, por sua vez, apresentam alto índice de escolaridade e normalmente encontram-se matriculados em cursos superiores em universidades públicas, têm horários para estudo e pouco se dedicam aos negócios da família.

Referências

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G.L. **Antropologia e poder** – contribuições de Eric Wolf. Brasília/São Paulo: EDUnB, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, EDUNICAMP, 2003.

CUNHA, N.V. da; MELLO, P.P.T. de. **Saara: reinventando etnicidades e ambiências urbanas num mercado popular carioca**, 2005. Disponível em: <http://lemetro5.blogspot.com>. Acesso em: 22/jul/2006.

ELIAS, M.J. Introdução ao estudo da imigração chinesa. **Anais do Museu Paulista, tomo XXIV**. São Paulo: EDUSP, 1970.

FREITAS, S.M. Brasil. Desde Hong Kong a São Paulo. In: HU-DEHART, Evelyn. **Cuando oriente llegó a América**. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005.

GOMES, L.G. Comércio étnico em Belleville: memória, hospitalidade e conveniência. **Estudos Históricos**, n 29, Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GRÜN, R. **Negócios & famílias: armênios em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

HANNERZ, U. **Fluxos, fronteira, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. *Mana*, v. 1, n 3. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1997.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2001.

MACHADO, R.P. **Made in China: an anthropological study about transnational networks of the Chinese economy based on an ethnography of Ciudad del Este, Paraguay** (texto gentilmente cedido pela autora), 2006. (mimeo)

OLIVEIRA, R.C. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n 42, fev./2000.

PEREIRA, G. A invasão chinesa na Saara. **Jornal do Brasil**, caderno Cidade, 01/09/1996.

PEREIRA, J.B.B. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, n 46, São Paulo: jun.jul. 2000.

SILVA, M.A. **Capitalismo étnico e identidades transnacionais: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco**. 2007. Projeto de Pesquisa de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SOWELL, T. **Etnias da América**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

TROLLIET, P. **La diaspora chinoise**. 3 d. Paris: PUF, 2000.

TRUZZI, O. **De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.

CORREIO DA UNESCO. Imigrantes: o mito das fronteiras. **Correio da Unesco**, ano 27, n 1, RJ: FGV, jan.1999.

VEJA. **China** – reportagem especial, ano 39, n 31, ed. 1968. São Paulo: Editora Abril, 09/08/2006.

YANG, A.C.Y. Breve histórico do chá em alguns países do mundo. **China em estudo**, n 5. São Paulo: Humanitas, 2002.

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**, v. I, 3 ed. Brasília: EDUnB, 1984.

SOBRETUDO. Disponível em: www.sobretudo.org.br. Acesso em: 26/mai/2008.

Abstract

Constituted as a part of general reflections on the presence of Chinese immigrants in Rio de Janeiro and as a part the result of ethnographic research with Chinese evangelicals is intended to address the presence and the commercial aspects and religious dimensions that overlap to format uses practices and symbolic representations of the concepts of nation, territory and identity. The interrelationships between these must be understood in the light of the concept of identity without territoriality, which provides a reading of the lack of fixity of these notions in the contemporary reality of the group. Thus, these categories would appear less like paths of realities and more concepts that fuse abroad and only have meaning when considering the new affiliations and strategies for restoration of being Chinese.

Keywords: Chinese immigration. Religion and business. Ethnographic interpretation.